

NESTOR TÁVORA
ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

Curso de
DIREITO
PROCESSUAL
PENAL



11ª Edição
revista, ampliada e atualizada

2016

 **EDITORA**
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Copyright: Edições JusPodivm

Conselho Editorial: Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

Diagramação: Linotec Fotocomposição e Fitolito Ltda. (www.linotec.com.br)

T231c Távora, Nestor
Curso de direito processual penal / Nestor Távora, Rosmar Rodrigues Alencar – 11. ed.
rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2016.
1.832 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-0672-0.

1. Direito processual. 2. Direito processual penal. I. Título.

CDD 341.43

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

CAPÍTULO I LINHAS INTRODUTÓRIAS

1.	Direito Processual Penal.....	47
1.1.	Conceito e finalidade.....	47
1.2.	Características.....	48
1.3.	Posição enciclopédica.....	49
2.	Entendendo O Tema.....	49
2.1.	Interesse.....	49
2.2.	Pretensão.....	49
2.3.	Lide.....	50
2.4.	Ação.....	51
2.4.1.	Noção.....	51
2.4.2.	Teorias da Ação.....	52
2.5.	Processo.....	52
2.5.1.	Procedimento (aspecto objetivo do processo).....	53
2.5.2.	Relação jurídica processual (aspecto subjetivo do processo).....	53
2.5.3.	Natureza jurídica do processo.....	54
3.	Sistemas Processuais.....	56
3.1.	Sistema inquisitivo.....	56
3.2.	Sistema acusatório.....	57
3.3.	Sistema misto ou acusatório formal.....	58
4.	Fontes.....	59
4.1.	Conceito.....	59
4.2.	Classificação.....	59
5.	Analogia.....	61
5.1.	Conceito.....	61
5.2.	Espécies.....	61
5.3.	Aplicação subsidiária do Novo Código de Processo Civil.....	62
6.	Interpretação da Lei Processual.....	63
6.1.	Quanto à origem ou ao sujeito que a realiza.....	63
6.2.	Quanto ao modo ou aos meios empregados.....	65
6.3.	Quanto ao resultado.....	65
7.	A Lei Processual Penal no tempo.....	66
7.1.	Retroatividade pro réu.....	68
7.2.	<i>Vacatio legis</i> do Novo Código de Processo Civil.....	68
8.	A Lei Processual Penal no espaço.....	68

9.	Princípios Processuais Penais	71
9.1.	Princípio da presunção de inocência ou da não-culpabilidade.....	71
9.2.	Princípio da imparcialidade do juiz.....	73
9.3.	Princípio da igualdade processual (princípio da paridade de armas e sua distinção).....	74
9.4.	Princípio do contraditório ou bilateralidade da audiência	75
9.5.	Princípio da ampla defesa	77
9.6.	Princípio da ação, demanda ou iniciativa das partes.....	78
9.7.	Princípio da oficialidade.....	78
9.8.	Princípio da oficiosidade.....	78
9.9.	Princípio da verdade real	79
9.10.	Princípio da obrigatoriedade	80
9.11.	Princípio da indisponibilidade	80
9.12.	Princípio do impulso oficial	81
9.13.	Princípio da motivação das decisões	81
9.14.	Princípio da publicidade	82
9.15.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	84
9.16.	Princípio do juiz natural	84
9.17.	Princípio do promotor natural ou do promotor legal.....	85
9.18.	Princípio do defensor natural.....	86
9.19.	Princípio do devido processo legal.....	87
9.20.	Princípio do favor rei ou favor réu.....	87
9.21.	Princípio da economia processual.....	88
9.22.	Princípio da oralidade	88
9.23.	Princípio da autoritariedade.....	90
9.24.	Princípio da duração razoável do processo penal.....	90
9.25.	Princípio da proporcionalidade.....	93
9.26.	Princípio da inexigibilidade de autoincriminação.....	95
9.27.	Princípio da cooperação processual (positivado pelo Novo CPC).....	97
10.	Quadro Sinótico	98
11.	Súmulas Aplicáveis.....	106
11.1.	STJ.....	106
11.2.	STF	106
12.	Informativos Recentes	106
12.1.	STJ.....	106
12.2.	STF	110
13.	Questões de Concursos Públicos.....	112
14.	Gabarito Anotado.....	116
15.	Questões discursivas com comentários.....	118
16.	Questões para treinar (sem comentários).....	123
16.1.	Gabarito.....	126

CAPÍTULO II
INQUÉRITO POLICIAL

1.	A persecução criminal	127
2.	Polícia judiciária e polícia administrativa.....	128
2.1.	Polícia administrativa ou de segurança.....	128
2.2.	Polícia judiciária.....	128
3.	Conceito e finalidade do inquérito policial	129
3.1.	Natureza jurídica do inquérito.....	129
3.2.	Verificação de procedência das informações (VPI)	130
3.3.	Destinatários do inquérito policial.....	130
4.	Inquéritos não policiais.....	130
5.	Características do inquérito policial	136
5.1.	Discricionariedade.....	136
5.2.	Escrito.....	137
5.3.	Sigiloso.....	137
5.3.1.	Espécies de sigilo: interno e externo.....	138
5.3.2.	Acesso aos autos do inquérito pelo advogado	138
5.3.3.	Ampliação do acesso aos autos de investigação preliminar pelo advogado.....	140
5.4.	Oficialidade.....	146
5.5.	Oficiosidade.....	146
5.6.	Indisponibilidade.....	147
5.7.	Inquisitivo.....	147
5.8.	Autoritariedade	148
5.9.	Dispensabilidade.....	149
6.	Competência (atribuição).....	150
6.1.	Crítério territorial	150
6.2.	Crítério material.....	150
6.3.	Crítério em razão da pessoa	151
7.	Prazos.....	152
7.1.	Regra geral	152
7.2.	Prazos especiais.....	153
7.3.	Contagem do prazo.....	153
7.4.	Controle dos prazos e o sistema de acompanhamento inaugurado pela Lei nº 12.714/2012	154
8.	Valor probatório.....	155
9.	Vícios.....	157
10.	<i>Notitia Criminis</i> (notícia do crime).....	158
10.1.	Conceito	158
10.2.	Espécies.....	159
11.	Peças inaugurais do inquérito policial.....	161
12.	Incomunicabilidade.....	161
13.	Providências	163

13.1. Reprodução simulada dos fatos.....	170
13.2. Indiciamento.....	171
14. Encerramento	178
14.1. Crimes de ação penal pública.....	179
14.3. Arquivamento do inquérito policial sem requerimento do Ministério Público.....	200
15. Considerações Finais	201
15.1. Termo circunstanciado	201
15.2. Controle externo da atividade policial	202
16. Quadro Sinótico	203
17. Súmulas Aplicáveis.....	208
17.1. STJ.....	208
17.2. STF.....	208
18. Informativos Recentes	209
18.1. STJ.....	209
18.2. STF.....	212
19. Questões de concursos públicos	216
20. Gabarito anotado	221
21. Questões discursivas com comentários	222
22. Questões para treinar (sem comentários).....	235
22.1. Gabarito.....	238

CAPÍTULO III

AÇÃO PENAL

1. Conceito.....	239
2. Características.....	240
2.1. Localização no ordenamento jurídico	241
3. Condições da ação.....	241
3.1. Conceito	241
3.2. Oportunidade para verificação das condições da ação	249
3.3. Supressão da categoria “condições da ação” no Novo CPC	250
3.4. Reflexos do Novo CPC no direito processual penal em razão da supressão da categoria “condições da ação”.....	251
4. Classificação das ações.....	252
4.1. Ação penal pública incondicionada	253
4.1.1. Conceito e titularidade	253
4.1.2. Princípios informadores.....	254
4.2. Ação pública condicionada.....	259
4.2.1. Conceito e considerações.....	259
5. Ação penal privada	265
5.1. Conceito e considerações.....	265
5.2. Titularidade	266
5.3. Princípios.....	266
5.4. Espécies de ação penal privada.....	272

5.5.	Custas e honorários advocatícios	274
6.	Questões complementares.....	275
6.1.	Ação de prevenção penal	275
6.2.	Ação penal <i>ex officio</i>	275
6.3.	Ação penal pública subsidiária da pública.....	275
6.4.	Ação penal popular.....	276
6.5.	Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual.....	276
6.5.1.	Direito intertemporal.....	279
6.6.	Ação penal nos crimes contra a honra de funcionário público.....	280
6.7.	Ação penal secundária.....	281
6.8.	Ação penal adesiva	282
6.9.	Ação penal na injúria por preconceito	282
6.10.	Ação penal extensiva.....	283
6.11.	Ação penal de segundo grau	283
7.	Inicial acusatória	283
7.1.	Conceito	283
7.2.	Requisitos formais	283
7.3.	Prazos para oferta da denúncia.....	289
7.3.1.	Prazos especiais para oferta da denúncia.....	289
7.3.2.	Início da contagem do prazo e o seu encerramento.....	290
7.3.3.	Desatendimento do prazo.....	290
7.4.	Prazos para oferta da queixa-crime	290
7.4.1.	Prazos especiais	291
7.5.	Aditamento da queixa	291
7.6.	Rejeição da denúncia ou queixa	292
7.6.1.	Repropositura da ação.....	294
7.6.2.	Rejeição X não recebimento	294
7.6.3.	Rejeição parcial	294
7.6.4.	Recurso para combater a rejeição	295
7.6.5.	Fundamentação do recebimento e recebimento tácito	295
8.	Quadro sinótico.....	296
9.	Súmulas aplicáveis.....	304
9.1.	STJ.....	304
9.2.	STF	304
10.	Informativos recentes	304
10.1.	STJ.....	304
10.2.	STF	308
11.	Questões de concursos públicos	310
12.	Gabarito Anotado.....	313
13.	Questões discursivas com comentários.....	315
14.	Questões para treinar (sem comentários).....	329
14.1.	Gabarito.....	331

2.7.5.	Prerrogativa de função: crime de responsabilidade x improbidade administrativa.....	424
2.7.6.	Prerrogativa de função e indiciamento	425
2.7.7.	Duplo grau de jurisdição x cessação da prerrogativa de função.....	425
2.7.8.	Prerrogativa de função fixada na Constituição Estadual e princípio da simetria ou do paralelismo.....	426
2.7.9.	Prerrogativa de função e exceção da verdade.....	426
2.8.	Competência absoluta X relativa.....	428
2.9.	Prevenção	430
2.10.	Distribuição.....	431
2.11.	Conexão e continência	432
2.11.1.	Conexão.....	432
2.11.2.	Continência	433
2.11.3.	Preclusão e momento de reconhecimento da conexão ou continência.....	434
2.12.	Foro prevalente	435
2.13.	Separação de processos.....	439
2.13.1.	Separação obrigatória.....	439
2.13.2.	Separação facultativa	441
2.14.	<i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	442
2.14.1.	Surgimento de nova vara (remissão ao Novo CPC).....	443
2.15.	Prorrogação de competência.....	445
2.15.1.	Noção	445
2.15.2.	Prorrogação necessária.....	445
2.15.3.	Prorrogação facultativa.....	445
3.	Quadro sinótico.....	446
4.	Súmulas aplicáveis.....	457
4.1.	STJ.....	457
4.2.	STF.....	458
5.	Informativos recentes	458
5.1.	STJ.....	458
5.2.	STF.....	468
6.	Questões de concursos públicos.....	475
7.	Gabarito anotado	479
8.	Questões discursivas com comentários.....	481
9.	Questões para treinar (sem comentários).....	491
9.1.	Gabarito.....	494

CAPÍTULO VI

QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES

1.	Considerações iniciais.....	495
1.1.	Incidente processual.....	496
1.2.	Processo incidente	496
1.3.	Ponto em sentido processual.....	496

1.4.	Questão	496
1.5.	Questão incidente	497
1.6.	Questão prévia.....	497
1.7.	Questão preliminar ou processual	497
1.8.	Questão prejudicial.....	498
1.9.	Questão sucessiva e posterior.....	499
1.10.	Autuação em apartado.....	499
1.11.	Classificações dos incidentes processuais.....	500
1.11.1.	Quanto à profundidade meritória	500
1.11.2.	Quanto à finalidade do incidente.....	500
2.	Questões prejudiciais.....	500
2.1.	Classificação.....	502
2.1.1.	Prejudicial homogênea e heterogênea	502
2.1.2.	Prejudicial obrigatória e facultativa	502
2.1.3.	Prejudicial total e parcial	503
2.1.4.	Prejudicial devolutiva e não devolutiva (princípio da suficiência)	504
2.2.	Natureza jurídica e características.....	505
2.2.1.	Natureza Jurídica.....	505
2.2.2.	Características	506
2.3.	Sistemas de solução.....	507
2.4.	Processamento da prejudicial obrigatória e da facultativa Processamento da prejudicial obrigatória e da facultativa.....	508
2.4.1.	Pressupostos.....	508
2.4.1.1.	Para o reconhecimento de prejudicial obrigatória (devolutiva absoluta, heterogênea referente ao estado civil das pessoas – art. 92, CPP).....	508
2.4.1.2.	Para o reconhecimento de prejudicial facultativa (devolutiva relativa, heterogênea diversa do estado civil das pessoas – art. 93, CPP).....	510
2.4.2.	Procedimento	511
2.4.2.1.	Em razão de prejudicial obrigatória (devolutiva absoluta, heterogênea referente ao estado civil das pessoas).....	512
2.4.2.2.	Em razão do reconhecimento de prejudicial facultativa (devolutiva relativa, heterogênea diversa do estado civil das pessoas).....	514
2.5.	Recursos	515
2.6.	Prescrição.....	515
3.	Exceções.....	515
3.1.	Conceito	515
3.2.	As espécies de exceções e seus processamentos.....	518
3.2.1.	Exceção de suspeição.....	518
3.2.2.	Exceção de incompetência.....	523
3.2.3.	Exceção de litispendência.....	525
3.2.4.	Exceção de ilegitimidade de parte	527
3.2.5.	Exceção de coisa julgada (exceptio rei judicatae).....	528

4.	Incompatibilidades e impedimentos: reflexos do novo CPC	533
4.1.	Processamento	536
4.2.	Efeitos.....	537
4.3.	Recursos	537
5.	Conflito de jurisdição	537
5.1.	Espécies e competência	538
5.2.	Arguição do conflito	540
5.3.	Processamento	541
5.4.	Recursos	541
6.	Conflito de atribuições	542
6.1.	Competência para dirimir o conflito	542
6.2.	Processamento	543
7.	Restituição de coisas apreendidas	544
7.1.	Introdução	544
7.2.	Autoridade restituinte.....	545
7.3.	Confisco.....	546
7.4.	Procedimento da restituição	546
7.5.	Recurso	547
8.	Medidas assecuratórias	548
8.1.	Noção e espécies	548
8.2.	Disciplina comum às medidas assecuratórias.....	551
8.2.1.	Pressupostos para decretação das medidas assecuratórias: <i>fumus comissi delicti e periculum libertatis</i>	551
8.2.2.	Possibilidade de alienação antecipada dos bens onerados.....	555
8.3.	Previsão de medidas assecuratórias em leis especiais.....	556
8.3.1.	Medidas assecuratórias específicas da Lei de Entorpecentes – crimes de tráfico ilícito de drogas (Lei nº 11.343/2006)	557
8.3.2.	Crimes de lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/1998, alterada pela Lei nº 12.683/2012)	558
8.4.	Sequestro de bens imóveis	560
8.4.1.	Cabimento	560
8.4.2.	Embargos	561
8.4.3.	Recurso	562
8.4.4.	Levantamento	562
8.4.5.	Destinação ao final do processo	562
8.5.	Sequestro de bens móveis	563
8.5.1.	Cabimento	563
8.5.2.	Embargos	563
8.5.3.	Recurso	563
8.5.4.	Levantamento	563
8.5.5.	Destinação ao final do processo	564
8.6.	Hipoteca legal	564
8.6.1.	Cabimento e legitimidade.....	564
8.6.2.	Embargos	565

8.6.3.	Procedimento	565
8.6.4.	Recurso	566
8.6.5.	Levantamento	566
8.6.6.	Destinação ao final do processo	567
8.7.	Arresto de bens móveis (antigo sequestro definitivo ou subsidiário)	568
8.7.1.	Cabimento	568
8.7.2.	Embargos	569
8.7.3.	Procedimento	569
8.7.4.	Recurso	569
8.7.5.	Levantamento	570
8.7.6.	Destinação ao final do processo	570
8.8.	Arresto de imóveis (antigo sequestro prévio)	570
8.8.1.	Cabimento	571
8.8.2.	Embargos	571
8.8.3.	Recurso	572
9.	Incidente de falsidade	573
9.1.	Introdução	573
9.2.	Espécies	573
9.3.	Legitimidade	574
9.4.	Procedimento do incidente	574
9.5.	Efeitos	575
9.6.	Recurso	576
10.	Incidente de insanidade mental	576
10.1.	Introdução	576
10.2.	Procedimento	577
10.3.	Sequência	577
10.4.	Recurso	578
10.5.	Insanidade que se manifesta no cumprimento da pena	578
10.6.	Insanidade superveniente	579
11.	Ação civil de confisco (<i>civil civil forfeiture action</i>)	579
11.1.	Noção	579
11.2.	Distinções	580
11.3.	Finalidade	580
11.4.	Perdimento de bens segundo o direito brasileiro	580
11.5.	Necessidade de criação de ação civil de confisco com objeto amplo	581
11.6.	Existência de ação confiscatória no direito brasileiro restrita aos casos de culturas ilegais de plantas psicotrópicas e de exploração de trabalho escravo	581
12.	Quadro Sinótico	582
13.	Súmulas Aplicáveis	598
13.1.	STJ	598
13.2.	STF	598
14.	Informativos recentes	598
14.1.	STJ	598

14.2. STF	600
15. Questões de concursos públicos	602
16. Gabarito Anotado.....	606
17. Questões discursivas com comentários.....	608
18. Questões para treinar (sem comentários).....	610
18.1. Gabarito.....	612

CAPÍTULO VII

PROVA

1. Teoria Geral da Prova	613
1.1. Conceito e finalidade.....	613
1.2. Destinatários.....	616
1.3. Natureza jurídica	616
1.4. Objeto	616
1.5. Classificação da prova.....	618
1.5.1. Quanto ao objeto.....	618
1.5.2. Quanto ao efeito ou valor.....	618
1.5.3. Quanto ao sujeito ou causa.....	619
1.5.4. Quanto à forma ou aparência	619
1.5.5. Quanto à possibilidade de renovação em juízo	619
1.5.6. Quanto ao momento procedimental	620
1.5.7. Quanto à previsão legal.....	620
1.5.8. Quanto à finalidade da prova.....	621
1.5.9. Quanto à imposição legal da forma da prova.....	622
1.6. Meios de prova	623
1.7. Vedação probatória.....	624
1.8. Teorias sobre o tema “provas ilícitas”.....	626
1.8.1. Teoria dos frutos da árvore envenenada (fruits of the poisonous tree), teoria da ilicitude por derivação ou “taint doctrine”.....	626
1.8.1.1. Teorias decorrentes.....	628
1.8.2. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade	632
1.8.3. Teoria da exclusão da ilicitude da prova	634
1.8.4. Princípio da serendipidade.....	635
1.8.5. Inutilização da prova ilícita.....	637
1.8.6. Teoria da exceção de erro inócuo.....	639
1.9. Prova emprestada.....	639
1.10. Ônus da prova.....	642
1.10.1. Classificação do ônus da prova.....	643
1.10.1.1. Quanto à consequência da omissão em se desincumbir do ônus	643
1.10.1.2. Quanto ao destinatário do ônus.....	644
1.10.2. Inversão do ônus da prova	644
1.11. Iniciativa do juiz.....	647

1.12.	Sistemas de apreciação da prova	649
1.12.1.	Sistema da certeza moral do juiz ou íntima convicção ou “secunda conscientia”	649
1.12.2.	Sistema da certeza moral do legislador, das regras legais ou da prova tarifada	649
1.12.3.	Sistema do livre convencimento motivado ou persuasão racional	650
1.13.	Princípios da prova	651
1.13.1.	Princípio da autorresponsabilidade das partes	651
1.13.2.	Princípio da audiência contraditória	651
1.13.3.	Princípio da aquisição ou comunhão	651
1.13.4.	Princípio da oralidade	651
1.13.5.	Princípio da publicidade	652
1.13.6.	Princípio do livre convencimento motivado	652
1.14.	Procedimento probatório	653
1.15.	Cooperação Jurídica Internacional para produção probatória positivada no Novo CPC	654
2.	Provas em espécie	657
2.1.	Exames periciais	657
2.1.1.	Considerações gerais	657
2.1.1.1.	Assistente técnico	659
2.1.2.	Realização das perícias	660
2.1.3.	Apreciação dos laudos periciais	661
2.1.4.	Exame de corpo de delito	661
2.1.5.	Necessidade do laudo	663
2.1.6.	Outras perícias	663
2.1.6.1.	Exame necroscópico	663
2.1.6.1.1.	Exumação	664
2.1.6.2.	Exame de lesões corporais	665
2.1.6.3.	Perícia em incêndio	665
2.1.6.4.	Perícia laboratorial	665
2.1.6.5.	Exame grafotécnico	666
2.1.6.6.	Exame nos instrumentos da infração	667
2.1.6.7.	Exame na destruição ou rompimento de obstáculo e na escalada	667
2.1.6.8.	Avaliação	668
2.1.6.9.	Exame de embriaguez ao volante	668
2.2.	Interrogatório do acusado	670
2.2.1.	Conceito e natureza jurídica	670
2.2.2.	Necessidade e reinterrogatório	672
2.2.3.	Formalidades do interrogatório	673
2.2.4.	Procedimento	676
2.2.4.1.	Preliminares	676
2.2.4.2.	Conteúdo	678
2.2.4.3.	Formalidades	680

	2.2.4.4. Interrogatório do réu menor de vinte e um anos.....	680
	2.2.4.5. Compatibilidade com o inquérito policial.....	681
	2.2.4.6. Interrogatório por videoconferência.....	681
2.3.	Confissão.....	683
2.3.1.	Conceito e objeto.....	683
2.3.2.	Natureza jurídica.....	684
2.3.3.	Espécies.....	684
2.3.4.	Requisitos.....	685
2.3.5.	Peculiaridades.....	686
2.3.6.	Valor probatório.....	686
2.3.7.	Delação e delação premiada.....	686
	2.3.7.1. A colaboração premiada da Lei nº 12.850/2013 e os demais meios específicos de obtenção de prova previstos para o combate à criminalidade organizada.....	694
	2.3.7.1.1. Distinções conceituais.....	694
	2.3.7.1.1.1. Elementos de informação e prova.....	694
	2.3.7.1.1.2. Associação criminosa e organização criminosa.....	695
	2.3.7.1.2. Os meios específicos de obtenção de prova.....	698
	2.3.7.1.3. Interpretação da Lei nº 12.850/2013.....	701
	2.3.7.1.4. Requisitos à aplicação da delação premiada da Lei nº 12.850/2013.....	703
	2.3.7.1.5. A decisão homologatória da colaboração premiada da Lei nº 12.850/2013.....	704
2.4.	Perguntas ao ofendido.....	706
2.4.1.	Considerações gerais: conceito e natureza.....	706
2.4.2.	Repercussões processuais.....	706
2.4.3.	Valor probatório das declarações do ofendido.....	707
2.4.4.	Prerrogativas do ofendido.....	707
2.5.	Testemunhas.....	708
2.5.1.	Conceito e natureza.....	708
2.5.2.	Características da prova testemunhal.....	708
2.5.3.	Recusa e impedimento.....	710
2.5.4.	Demais vedações.....	711
2.5.5.	Deveres da testemunha.....	711
2.5.6.	Número de testemunhas.....	712
2.5.7.	Classificação.....	712
	2.5.7.1. Testemunha anônima.....	714
	2.5.7.2. Testemunhas ausentes.....	715
2.5.8.	Lugar do depoimento, precatória e videoconferência.....	716
2.5.9.	Testemunho dos militares e funcionários públicos.....	717
2.5.10.	Procedimento para tomar o depoimento.....	718
2.5.11.	O depoimento.....	719
2.5.12.	Falso testemunho e prisão em flagrante.....	722

2.5.13.	Competência para julgamento do falso testemunho	724
2.5.14.	Proteção.....	724
2.5.15.	Valor Probatório.....	724
2.6.	Reconhecimento de pessoas e coisas.....	725
2.6.1.	Conceito e natureza jurídica	725
2.6.2.	Reconhecimento de pessoas.....	725
2.6.2.1.	Procedimento.....	725
2.6.2.2.	Intimidação	726
2.6.3.	Reconhecimento fotográfico e fonográfico	726
2.6.4.	Reconhecimento de coisas.....	727
2.7.	Acareação	727
2.7.1.	Conceito e natureza	727
2.7.2.	Pressupostos.....	727
2.7.3.	Procedimento	727
2.7.4.	Valor probatório.....	728
2.8.	Documentos.....	728
2.8.1.	Conceito	728
2.8.2.	Espécies	729
2.8.3.	Requisitos.....	730
2.8.4.	Produção	730
2.8.5.	Tradução.....	731
2.8.6.	Restituição	732
2.9.	Indícios e presunções.....	732
2.9.1.	Conceito	732
2.9.2.	Classificação.....	733
2.9.3.	Valor probatório.....	733
2.10.	Busca e apreensão.....	734
2.10.1.	Conceito e natureza jurídica	734
2.10.2.	Iniciativa	735
2.10.3.	Objeto.....	735
2.10.4.	Momento.....	736
2.10.5.	Espécies	736
2.10.5.1.	Busca domiciliar	736
2.10.5.2.	Busca pessoal	745
2.11.	Interceptação telefônica	746
2.11.1.	Noções fundamentais	746
2.11.1.1.	Interceptação telefônica	747
2.11.1.2.	Escuta telefônica	749
2.11.1.3.	Gravação telefônica	751
2.11.1.4.	Registro telefônico	753
2.11.1.5.	Interceptação ambiental.....	754
2.11.1.6.	Gravação ambiental.....	755

2.11.1.7. Intercepção do fluxo de comunicaes em sistemas de informtica e de telemtica.....	756
2.11.1.8. Distinões entre sigilos: telefnico, de dados, fiscal, bancrio e financeiro.....	757
2.11.1.9. Sigilo de dados e sigilo do fluxo de comunicaes atravs do uso da Internet – Lei nº 12.965/2014	760
2.11.2. Iniciativa	763
2.11.3. Limites à intercepção de comunicaes telefnicas.....	764
2.11.4. Procedimento e requisitos ao deferimento da medida.....	766
2.11.5. Prazo e renovao da intercepção telefnica.....	769
2.11.6. Condução da intercepção e acompanhamento pelo Ministrio Pblico.....	771
2.11.7. Transcrio da gravação e auto circunstanciado	771
2.11.8. Encontro fortuito de provas ou “serendipidade”	773
2.11.9. Inutilizao de gravação.....	774
2.11.10. Proteo penal e administrativa.....	775
2.11.11. Problemas de direito intertemporal.....	775
3. Quadro Sinótico	777
4. Smulas aplicveis	804
4.1. STJ.....	804
4.2. STF	804
5. Informativos recentes	805
5.1. STJ.....	805
5.2. STF	808
6. Questões de concursos pblicos.....	814
7. Gabarito Anotado.....	819
8. Questões discursivas com comentrios.....	821
9. Questões para treinar (sem comentrios).....	840
9.1. Gabarito.....	842

CAPÍTULO VIII

SUJEITOS NO PROCESSO PENAL

1. A relao processual penal	843
2. rgãos do Poder Judicário e do Ministrio Pblico	844
2.1. Juiz.....	844
2.2. Ministrio Pblico	846
2.2.1. Consideraes gerais e o Novo Codigo de Processo Civil	846
2.2.2. Organizao e atuao	847
2.2.3. Impedimento e suspeio do presentante do Ministrio Pblico	848
2.2.4. Princpios atinentes ao Ministrio Pblico	849
2.3. Funcionrios do Poder Judicário.....	850
2.4. Auxiliares do juízo.....	851
3. Acusado e defensor	852
4. Querelante	856

5.	Assistente do Ministério Público.....	856
6.	Assistente da defesa.....	859
7.	Quadro Sinótico.....	861
8.	Súmulas aplicáveis.....	863
8.1.	STF.....	863
8.2.	STJ.....	863
9.	Informativos recentes.....	863
9.1.	STJ.....	863
9.2.	STF.....	865
10.	Questões de concursos públicos.....	869
11.	Gabarito Anotado.....	872
12.	Questões discursivas com comentários.....	873
13.	Questões para treinar (sem comentários).....	874
13.1.	Gabarito.....	876

CAPÍTULO IX

PRISÕES

1.	Conceito.....	877
2.	Formalidades e execução.....	879
2.1.	Mandado de prisão.....	879
2.2.	Restrição de horário e inviolabilidade domiciliar.....	880
2.3.	Prisão em perseguição.....	881
2.4.	Prisão em território diverso da atuação judicial.....	882
2.5.	Prisão especial.....	883
2.6.	Emprego de força e uso de algemas.....	885
2.7.	Emprego de força e uso de instrumentos não letais (Lei nº 13.060/2014).....	888
2.8.	Regime disciplinar diferenciado (RDD).....	889
3.	Prisão em flagrante.....	891
3.1.	Conceito.....	891
3.2.	Espécies de flagrante.....	892
3.2.1.	Flagrante próprio (propriamente dito, real ou verdadeiro).....	892
3.2.2.	Flagrante impróprio (irreal ou quase flagrante).....	892
3.2.3.	Flagrante presumido (ficto ou assimilado).....	893
3.2.4.	Flagrante compulsório ou obrigatório.....	893
3.2.5.	Flagrante facultativo.....	893
3.2.6.	Flagrante esperado.....	893
3.2.7.	Flagrante preparado ou provocado.....	894
3.2.8.	Flagrante prorrogado (retardado, postergado, diferido, estratégico ou ação controlada).....	895
3.2.9.	Flagrante forjado.....	897
3.2.10.	Flagrante por apresentação.....	897
4.	Flagrante nas várias espécies de crime.....	898
4.1.	Crime permanente.....	898

4.2.	Crime habitual	899
4.3.	Crime de ação penal privada e pública condicionada.....	899
4.4.	Crime continuado.....	900
4.5.	Infração de menor potencial ofensivo.....	901
5.	Sujeitos do flagrante.....	902
5.1.	Sujeito ativo.....	902
5.2.	Sujeito passivo.....	902
5.2.1.	Conceito e hipóteses.....	902
5.2.2.	Prisão de diplomata estrangeiro.....	903
5.2.3.	Prisão de Membro do Congresso Nacional.....	906
5.3.	Autoridade competente.....	909
6.	Procedimentos e formalidades.....	910
6.1.	Nota de culpa.....	912
6.2.	Remessa à autoridade.....	912
6.3.	Audiência de custódia.....	914
7.	Prisão preventiva.....	916
7.1.	Conceito.....	916
7.2.	Pressupostos.....	916
7.3.	As hipóteses de decretação.....	917
7.4.	Infrações que comportam a medida.....	920
7.5.	Decretação e sistema recursal.....	924
7.6.	Fundamentação.....	925
7.7.	Revogação.....	926
7.8.	Apresentação espontânea.....	927
7.9.	Preventiva X excludentes de ilicitude.....	927
8.	Prisão temporária.....	929
8.1.	Conceito.....	929
8.2.	Decretação.....	929
8.3.	Cabimento.....	929
8.3.1.	Imprescindibilidade para as investigações do inquérito policial (inciso I).....	930
8.3.2.	Indiciado não tem residência fixa ou não fornece elementos para sua identificação (inciso II).....	931
8.3.3.	Quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes relacionados (inciso III).....	931
8.4.	Prazos.....	934
8.4.1.	Regra geral (art. 2º da Lei nº 7.960/1989).....	934
8.4.2.	Crimes hediondos e assemelhados.....	934
8.5.	Procedimento.....	935
9.	Prisão decorrente da decisão de pronúncia.....	936
10.	Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível.....	938
11.	Prisão domiciliar.....	940
12.	Prisão administrativa.....	941

13. Prisão civil (poder geral cautelar e remissão ao Novo CPC)	942
14. Prisão para averiguações	944
15. “Difusões vermelhas” (<i>red notices</i>) e a prisão para fins de extradição – Lei nº 12.878/2013	944
15.1. Difusão vermelha e a prisão para fins de extradição	945
15.1.1. Difusão vermelha ordenada por autoridade judiciária brasileira	945
15.1.2. Difusão vermelha oriunda de outro país (autoridade judiciária ou administrativa de Estado-membro estrangeiro) e prisão cautelar para fins de extradição	946
16. Quadro sinótico	948
17. Súmulas aplicáveis	961
17.1. STJ	961
17.2. STF	961
18. Informativos recentes	961
18.1. STJ	961
18.2. STF	966
19. Questões de concursos públicos	974
20. Gabarito anotado	978
21. Questões discursivas com comentários	979
22. Questões para treinar (sem comentários)	992
22.1. Gabarito	995

CAPÍTULO X

LIBERDADE PROVISÓRIA E OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO

1. Conceito	997
2. Espécies	999
2.1. Liberdade provisória obrigatória	999
2.2. Liberdade provisória permitida	1000
2.3. Liberdade provisória vedada	1000
3. Liberdade provisória sem fiança	1001
3.1. Liberdade provisória sem fiança e sem vinculação	1001
3.2. Liberdade provisória sem fiança e com vinculação	1003
3.2.1. Restrições	1005
3.2.2. Fundamentação	1008
3.2.3. Outras hipóteses de cabimento	1009
3.2.4. Sistema recursal	1010
4. Liberdade provisória mediante fiança	1010
4.1. Fiança X liberdade provisória mediante fiança	1010
4.2. Objetivos da fiança	1011
4.3. Valor da fiança	1011
4.3.1. Demais critérios para o arbitramento	1012
4.4. Modalidades de fiança	1013
4.5. Obrigações do afiançado	1014

4.6.	Vedações legais	1014
4.6.1.	Vedações do art. 323, CPP	1017
4.6.2.	Vedações do art. 324, CPP	1018
4.6.3.	Demais vedações	1019
4.7.	Quebra da fiança.....	1019
4.8.	Perda da fiança	1020
4.9.	Cassação da fiança	1020
4.10.	Reforço da fiança	1021
4.11.	Dispensa da fiança.....	1022
4.12.	Procedimento.....	1022
4.13.	Execução.....	1023
5.	Outras medidas cautelares diversas da prisão	1023
5.1.	Considerações gerais.....	1023
5.1.1.	Bipolaridade das medidas cautelares e poder geral de cautela no processo penal.....	1024
5.1.2.	Princípios informadores.....	1025
5.2.	Momento e legitimidade	1027
5.3.	Requisitos	1027
5.4.	Cautelares em espécie	1028
6.	Quadro sinótico.....	1032
7.	Súmulas aplicáveis	1040
7.1.	STJ.....	1040
7.2.	STF	1040
8.	Informativos recentes	1040
8.1.	STJ.....	1040
8.2.	STF	1041
9.	Questões de concursos públicos.....	1044
10.	Gabarito anotado	1046
11.	Questões discursivas com comentários.....	1047
12.	Questões para treinar (sem comentários).....	1051
12.1	Gabarito.....	1052

CAPÍTULO XI

ATOS DE COMUNICAÇÃO PROCESSUAL

1.	Formas de comunicação processual	1053
2.	Citação.....	1054
2.1.	Conceito	1054
2.2.	Espécies	1054
2.2.1.	Citação pessoal	1055
2.2.2.	Citação por edital.....	1057
2.2.3.	Citação por hora certa e remissões ao Novo Código de Processo Civil	1060
3.	Intimação, notificação e contagem de prazos (remissões ao Novo CPC).....	1062
4.	Revelia e suspensão do processo penal.....	1065

5.	Informatização do processo judicial.....	1068
6.	Quadro Sinótico	1069
7.	Súmulas Aplicáveis.....	1072
7.1.	STJ.....	1072
7.2.	STF	1072
8.	Informativos recentes	1073
8.1.	STJ.....	1073
8.2.	STF	1075
9.	Questões de concursos públicos.....	1079
10.	Gabarito Anotado.....	1081
11.	Questões discursivas com comentários.....	1083
12.	Questões para treinar (sem comentários).....	1084
12.1.	Gabarito.....	1086

CAPÍTULO XII

SENTENÇA

1.	Noção de sentença	1087
1.1.	Introdução: sistema processual penal e a influência do Novo Código de Processo Civil.....	1087
1.2.	Outros atos judiciais	1089
2.	Classificação das sentenças	1090
2.1.	Natureza jurídica das sentenças.....	1090
2.2.	Outras classificações.....	1091
3.	Fundamentação e estrutura das sentenças: a constituição, o convencimento motivado e as repercussões do Novo Código de Processo Civil	1093
3.1.	Fundamentação <i>per relationem</i> ou <i>aliunde</i>	1093
3.2.	Estruturação da sentença	1094
3.2.1.	Emendatio libelli.....	1095
3.2.2.	Mutatio libelli.....	1097
4.	Sentenças em processo penal condenatório e seus efeitos.....	1103
4.1.	Sentença condenatória.....	1103
4.1.1.	Efeitos da sentença penal condenatória	1108
4.1.2.	Efeito prodrômico da sentença penal condenatória ou <i>non reformatio in pejus</i>	1112
4.1.3.	Técnica da sentença penal condenatória.....	1114
4.2.	Sentença absolutória.....	1117
4.3.	Sentença declaratória de extinção da punibilidade.....	1120
4.4.	Publicação e intimação da sentença	1121
4.4.1.	Publicação da sentença	1121
4.4.2.	Intimação da sentença	1122
4.4.2.1.	Intimação da parte autora nas ações penais privadas.....	1122
4.4.2.2.	Intimação do Ministério Público, do defensor público e do defensor dativo.....	1122
4.4.2.3.	Formas de intimação da sentença.....	1123

4.4.2.4.	Formas de intimação da decisão de pronúncia	1124
4.4.2.5.	Prazo de dilação dos editais de intimação da sentença.....	1125
4.4.2.6.	Intimação do ofendido	1126
4.4.2.7.	Intimação da sentença por carta precatória.....	1126
5.	Coisa julgada e preclusão.....	1126
5.1.	Distinção	1126
5.2.	Coisa julgada	1127
5.3.	Preclusão.....	1127
5.4.	Coisa julgada criminal e revisão criminal favor rei	1128
5.5.	Coisa julgada criminal e o princípio da correlação entre a causa petendi e a sentença.....	1129
6.	Quadro Sinótico.....	1130
7.	Súmulas aplicáveis.....	1139
7.1.	STJ.....	1139
7.2.	STF	1139
8.	Informativos recentes	1140
8.1.	STJ.....	1140
8.2.	STF.....	1142
9.	Questões de concursos públicos.....	1145
10.	Gabarito Anotado.....	1149
11.	Questões discursivas com comentários.....	1150
12.	Questões para treinar (sem comentários).....	1159
12.1.	Gabarito.....	1161

CAPÍTULO XIII

PROCEDIMENTOS

1.	Considerações Gerais.....	1163
2.	Procedimento comum.....	1164
2.1.	Procedimento comum ordinário (artigos 394 a 405, CPP) e os reflexos do Novo Código de Processo Civil.....	1166
2.1.1.	Questões complementares	1173
2.1.1.1.	Natureza jurídica e efeitos do recebimento da petição inicial.....	1173
2.1.1.2.	Interrogatório: renovação e momento processual.....	1174
2.1.1.3.	Testemunhas: número e método de inquirição	1175
2.1.1.4.	Defesa preliminar.....	1175
2.1.1.5.	Debates orais e sentença	1176
2.1.1.6.	Tessitura principiológica e a aplicação do Novo Código de Processo Civil por analogia.....	1178
2.1.2.	Sequência.....	1179
2.2.	Procedimento comum sumário (artigos 531 a 536, CPP)	1181
2.2.1.	Sequência.....	1183
2.3.	Procedimento comum sumaríssimo (juizados especiais criminais)	1184
2.3.1.	Considerações iniciais	1184

2.3.2.	Fase preliminar.....	1186
2.3.3.	Audiência preliminar.....	1186
2.3.4.	Procedimento sumaríssimo.....	1191
3.	Procedimentos especiais.....	1195
3.1.	Crimes afiançáveis imputados a funcionário público.....	1196
3.1.1.	Peculiaridades do procedimento.....	1198
3.1.2.	Sequência.....	1199
3.2.	Crimes contra a honra.....	1200
3.2.1.	Sequência.....	1202
3.3.	Entorpecentes.....	1202
3.3.1.	Sequência.....	1207
3.4.	Procedimento especial para os crimes falimentares.....	1208
3.5.	Outros procedimentos especiais.....	1210
3.5.1.	Procedimento criminal da ação penal originária dos tribunais.....	1210
3.5.2.	Procedimento para os crimes contra a propriedade imaterial.....	1212
3.5.3.	Procedimento para a restauração de autos extraviados.....	1215
4.	Procedimento especial dos crimes dolosos contra a vida.....	1216
4.1.	Fundamentos do tribunal do júri.....	1216
4.2.	Princípios reitores.....	1217
4.3.	Características.....	1219
4.4.	Rito especial do júri.....	1220
4.4.1.	Judicium accusationis.....	1220
4.4.1.1.	“Sentença” de pronúncia.....	1224
4.4.1.2.	Impronúncia.....	1229
4.4.1.3.	Despronúncia.....	1230
4.5.	Sentença de absolvição sumária.....	1230
4.6.	Decisão de desclassificação da infração penal contra a vida.....	1233
4.7.	Rito especial do júri: <i>judicium causae</i>	1235
4.8.	Libelo (revogado).....	1236
4.9.	Contrariedade ao libelo (revogada).....	1238
4.10.	Desaforamento.....	1238
4.11.	Instalação da sessão do júri.....	1240
4.11.1.	Noção de sessão do júri.....	1240
4.11.2.	Alistamento dos jurados.....	1240
4.11.3.	Organização da pauta.....	1241
4.11.4.	Sorteio e convocação dos jurados.....	1242
4.11.5.	Função de jurado.....	1242
4.11.6.	Reunião e sessões do tribunal do júri.....	1244
4.12.	Formação do conselho de sentença.....	1247
4.13.	Atos instrutórios.....	1248
4.14.	Debates e poderes do juiz.....	1250
4.15.	Formulação dos quesitos e votação.....	1251
4.16.	Sentença e ata da sessão.....	1256

4.17.	Recurso e anulação parcial do julgamento do júri.....	1257
5.	Procedimento especial dos crimes militares.....	1258
6.	Quadro Sinótico.....	1264
7.	Súmulas Aplicáveis.....	1286
7.1.	STJ.....	1286
7.2.	STF.....	1286
8.	Informativos recentes.....	1287
8.1.	STJ.....	1287
8.2.	STF.....	1290
9.	Questões de concursos públicos.....	1293
10.	Gabarito Anotado.....	1298
11.	Questões discursivas com comentários.....	1300
12.	Questões para treinar (sem comentários).....	1312
12.1.	Gabarito.....	1315

CAPÍTULO XIV

RECURSOS

1.	Teoria geral dos recursos.....	1317
1.1.	Conceito.....	1317
1.2.	Natureza jurídica.....	1318
1.3.	Fundamentos e o duplo grau de jurisdição.....	1319
1.4.	Princípios recursais e as remissões ao Novo Código de Processo Civil.....	1320
1.5.	Impedimentos.....	1330
1.6.	Pressupostos de admissibilidade recursal.....	1332
1.6.1.	Pressupostos objetivos de admissibilidade recursal e os reflexos do Novo Código de Processo Civil.....	1333
1.6.2.	Pressupostos subjetivos de admissibilidade recursal.....	1339
1.6.3.	Juízo de admissibilidade e competência recursal.....	1342
1.7.	Efeitos recursais.....	1344
1.8.	Extinção dos recursos.....	1348
2.	Recursos em espécie.....	1349
2.1.	Apelação.....	1349
2.1.1.	Noção.....	1349
2.1.2.	Interposição.....	1352
2.1.3.	Cabimento.....	1353
2.1.4.	Processamento.....	1357
2.1.5.	Julgamento.....	1360
2.2.	Recurso em sentido estrito.....	1364
2.2.1.	Noção.....	1364
2.2.2.	Interposição.....	1364
2.2.3.	Cabimento.....	1365
2.2.4.	Processamento.....	1370
2.2.5.	Julgamento.....	1373

2.3.	Carta testemunhável	1374
2.3.1.	Noção	1374
2.3.2.	Interposição	1375
2.3.3.	Cabimento	1376
2.3.4.	Processamento.....	1378
2.3.5.	Julgamento.....	1380
2.4.	Correção Parcial.....	1380
2.4.1.	Noção	1380
2.4.2.	Interposição	1381
2.4.3.	Cabimento	1382
2.4.4.	Processamento.....	1383
2.4.5.	Julgamento.....	1384
2.5.	“Embarginhos” e embargos de declaração (e os reflexos do Novo Código de Processo Civil)	1384
2.5.1.	Noção	1384
2.5.2.	Interposição	1384
2.5.3.	Cabimento	1385
2.5.4.	Processamento.....	1385
2.5.5.	Julgamento.....	1387
2.6.	Protesto por novo júri (revogado).....	1387
2.6.1.	Noção	1387
2.6.2.	Interposição	1389
2.6.3.	Cabimento	1390
2.6.4.	Processamento.....	1391
2.6.5.	Julgamento.....	1391
2.7.	Agravo regimental.....	1392
2.7.1.	Noção	1392
2.7.2.	Interposição	1392
2.7.3.	Cabimento	1392
2.7.4.	Processamento.....	1393
2.7.5.	Julgamento.....	1394
2.8.	Embargos infringentes e de nulidade.....	1394
2.8.1.	Noção	1394
2.8.2.	Interposição	1395
2.8.3.	Cabimento	1396
2.8.4.	Processamento.....	1397
2.8.5.	Julgamento.....	1398
2.9.	Recursos especial e extraordinário (reflexos do Novo CPC na regulamentação do processamento de recursos extraordinário e especial: repercussão geral e recursos repetitivos)	1399
2.9.1.	Noção	1399
2.9.2.	Interposição	1400
2.9.3.	Cabimento	1402
2.9.4.	Processamento.....	1406

2.9.5. Julgamento.....	1410
2.10. Reclamação constitucional e as repercussões do Novo Código de Processo Civil.....	1412
2.10.1. Noção	1412
2.10.2. Interposição	1413
2.10.3. Cabimento	1413
2.10.4. Processamento.....	1414
2.10.5. Julgamento.....	1415
2.11. Recurso ordinário constitucional (e remissões ao Novo Código de Processo Civil)	1415
2.11.1. Noção	1415
2.11.2. Interposição	1415
2.11.3. Cabimento	1417
2.11.4. Processamento.....	1418
2.11.5. Julgamento.....	1419
2.12. Agravo contra decisão denegatória de recurso especial ou de recurso extraordinário (denominado “agravo em recurso especial e extraordinário” pelo Novo Código de Processo Civil).....	1419
2.12.1. Noção	1419
2.12.2. Interposição	1421
2.12.3. Cabimento	1423
2.12.4. Processamento.....	1424
2.12.5. Julgamento.....	1425
2.13. Embargos de divergência e a disciplina do Novo Código de Processo Civil.....	1426
2.13.1. Noção	1426
2.13.2. Interposição	1426
2.13.3. Cabimento	1426
2.13.4. Processamento.....	1427
2.13.5. Julgamento.....	1427
2.14. Agravo em execução	1428
2.14.1. Noção	1428
2.14.2. Interposição	1428
2.14.3. Cabimento	1429
2.14.4. Processamento.....	1429
2.14.5. Julgamento.....	1430
2.15. Reclamação contra a lista geral de jurados.....	1430
2.15.1. Noção	1430
2.15.2. Interposição	1431
2.15.3. Cabimento	1431
2.15.4. Processamento.....	1431
2.15.5. Julgamento.....	1431
2.16. Incidente de resolução de demandas repetitivas: aplicação ao processo penal das disposições do Novo Código de Processo Civil.....	1431
2.16.1. Noção	1431

2.16.2. Iniciativa	1432
2.16.3. Cabimento	1432
2.16.4. Processamento.....	1433
2.16.5. Julgamento.....	1433
3. Quadro Sinótico	1435
4. Súmulas aplicáveis	1463
4.1. STJ.....	1463
4.2. STF	1464
5. Informativos recentes	1465
5.1. STJ.....	1465
5.2. STF	1468
6. Questões de concursos públicos	1475
7. Gabarito Anotado.....	1477
8. Questões discursivas com comentários.....	1478
9. Questões para treinar (sem comentários).....	1483
9.1. Gabarito.....	1485

CAPÍTULO XV NULIDADES

1. Nulidades processuais em geral	1487
1.1. Introdução	1487
1.1.1. Noção de nulidade	1487
1.1.2. Sistemas de nulidades: rol exemplificativo X rol taxativo.....	1488
1.1.3. Fundamento constitucional	1489
1.1.4. Tipicidade e atipicidade do ato processual.....	1491
1.1.5. Elementos e formalidades do ato processual penal.....	1492
1.1.6. Confronto doutrinário.....	1493
1.2. Classificações das nulidades.....	1493
1.2.1. Influência do direito privado	1493
1.2.2. Fundamento das classificações.....	1494
1.2.3. Divergências na terminologia classificatória	1494
1.2.4. Doutrina clássica X nova doutrina das nulidades processuais	1494
1.2.5. Vantagens e desvantagens da adoção de uma classificação	1495
1.2.6. Relativização das nulidades processuais.....	1496
1.2.7. Classificações na doutrina	1496
1.3. Princípios informativos das nulidades	1499
1.3.1. O princípio da boa-fé objetiva e o duty to mitigate the loss na esfera criminal	1503
2. Inexistência dos atos processuais.....	1505
3. Nulidades absolutas e relativas.....	1505
3.1. A arguição de nulidade	1505
3.2. Efeitos.....	1508
4. Hipóteses passíveis de reconhecimento judicial de nulidade.....	1508

4.1.	Falta ou deficiência de defesa.....	1509
4.2.	Illegitimidade da parte	1511
4.3.	Incompetência do juízo.....	1514
4.4.	Incompatibilidade, impedimento, suspeição ou suborno do juiz.....	1516
4.5.	Inexistência ou defeito de peça acusatória ou de representação	1518
4.6.	Ausência de intervenção do Ministério Público.....	1519
4.7.	Ausência ou defeito de citação e do interrogatório do réu.....	1520
4.8.	Sentença de pronúncia e libelo-crime acusatório (revogado) defeituosos.....	1522
4.9.	Não-intimação do réu da data de julgamento pelo júri	1524
4.10.	Presença de pelo menos quinze jurados para o júri.....	1524
4.11.	Concessão de prazos processuais.....	1525
4.12.	Falta de intimação de testemunhas.....	1527
4.13.	Falta de exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios	1529
4.14.	Irregularidade no sorteio e incomunicabilidade dos jurados.....	1530
4.15.	Defeito ou contradição na quesitação e nas respectivas respostas no júri	1531
4.16.	Irregularidades surgidas nos debates perante o tribunal popular.....	1532
4.17.	Vícios na sentença	1533
4.18.	Descumprimento de disposição que preconiza reexame necessário.....	1536
4.19.	Falta ou irregularidade na intimação de atos processuais.....	1537
4.20.	Descumprimento do quorum legal de julgamento nos tribunais	1539
4.21.	Omissão de formalidade essencial de ato processual	1539
4.22.	Nulidades no inquérito policial	1540
4.22.1.	Divergência doutrinária.....	1540
4.22.2.	Jurisprudência.....	1541
5.	Reconhecimento judicial da nulidade e saneamento do ato processual penal	1541
6.	Quadro Sinótico	1542
7.	Súmulas aplicáveis	1556
7.1.	STF	1556
8.	Informativos recentes	1556
8.1.	STJ.....	1556
8.2.	STF	1560
9.	Questões de concursos públicos.....	1565
10.	Gabarito Anotado.....	1567
11.	Questões discursivas com comentários.....	1569
12.	Questões para treinar (sem comentários).....	1572
12.1.	Gabarito.....	1572

CAPÍTULO XVI

AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO

1.	De ordem geral	1573
2.	<i>Habeas corpus</i>	1574
2.1.	Fundamentos	1574
2.2.	Natureza jurídica	1575

2.3.	Cabimento.....	1576
2.3.1.	Violação à liberdade de ir e vir.....	1576
2.3.2.	<i>Habeas corpus</i> preventivo, repressivo e suspensivo.....	1580
2.3.3.	Crime com pena privativa de liberdade.....	1581
2.3.4.	Transgressão disciplinar.....	1581
2.4.	Processamento e julgamento.....	1583
2.4.1.	Competência.....	1583
2.4.2.	Legitimidade ativa e passiva.....	1586
2.4.3.	Forma de propositura.....	1587
2.4.4.	Rito processual.....	1588
2.4.5.	Julgamento.....	1590
2.4.6.	Trancamento do inquérito, do processo ou do termo circunstanciado de ocorrência.....	1592
2.4.7.	<i>Habeas corpus ex officio</i> , liberdade provisória e relaxamento de prisão.....	1593
2.4.8.	Recursos em <i>habeas corpus</i> e <i>habeas corpus</i> substitutivo.....	1593
2.4.9.	Jurisprudência defensiva: o <i>habeas corpus</i> substitutivo de recurso ordinário constitucional e a concessão de <i>habeas corpus</i> de ofício.....	1595
3.	Mandado de Segurança.....	1596
3.1.	Fundamentos.....	1596
3.2.	Cabimento.....	1597
3.3.	Processamento e julgamento.....	1600
3.3.1.	Competência.....	1600
3.3.2.	Legitimidade ativa e passiva.....	1601
3.3.3.	Procedimento do mandado de segurança e remissão ao Novo Código de Processo Civil.....	1603
3.3.4.	Julgamento.....	1606
3.4.	Mandado de segurança coletivo.....	1607
4.	Revisão Criminal.....	1608
4.1.	Fundamentos.....	1608
4.2.	Cabimento.....	1609
4.3.	Processamento e julgamento.....	1610
4.3.1.	Competência.....	1610
4.3.2.	Legitimidade <i>ad causam</i>	1611
4.3.3.	Propositura.....	1612
4.3.4.	Rito da revisão criminal e remissão ao Novo Código de Processo Civil.....	1613
4.3.5.	Julgamento e indenização.....	1614
5.	Quadro Sinótico.....	1616
6.	Súmulas aplicáveis.....	1630
6.1.	STJ.....	1630
6.2.	STF.....	1630
7.	Informativos recentes.....	1630
7.1.	STJ.....	1630
7.2.	STF.....	1633

8.	Questões de concursos públicos.....	1640
9.	Gabarito Anotado.....	1644
10.	Questões discursivas com comentários.....	1646
11.	Questões para treinar (sem comentários).....	1648
11.1.	Gabarito.....	1649

CAPÍTULO XVII DISPOSIÇÕES GERAIS DO CPP

1.	Audiências e sessões.....	1651
2.	Publicidade.....	1652
3.	Poder de polícia do juiz.....	1652
4.	Prazos.....	1653
4.1.	Prazos penais X prazos processuais.....	1653
4.2.	Fluência dos prazos processuais e a não aplicação do Novo Código de Processo Civil no ponto.....	1654
4.3.	Prazos processuais em espécie.....	1656
4.4.	Princípios informadores da disciplina dos prazos processuais.....	1658
5.	Retirada de autos.....	1659
6.	Custas processuais e aplicação do Novo Código de Processo Civil.....	1660
7.	Substituição do escrivão/diretor de secretaria.....	1662
8.	Estatística judiciária criminal.....	1662
9.	Quadro sinótico.....	1663
10.	Súmulas aplicáveis.....	1666
10.1.	STJ.....	1666
10.2.	STF.....	1666
11.	Informativos recentes.....	1666
11.1.	STF.....	1666
11.2.	STJ.....	1667
12.	Questões de concursos públicos.....	1668
13.	Gabarito anotado.....	1669
14.	Questões discursivas com comentários.....	1670

CAPÍTULO XVIII TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

1.	Sistema internacional de persecução criminal.....	1671
2.	Jurisdição e competência.....	1673
2.1.	Competência material irretroativa.....	1673
2.2.	Atuação da jurisdição do Tribunal Penal Internacional.....	1674
2.3.	Princípios informadores da jurisdição e da competência do Tribunal Penal Internacional.....	1675
3.	Princípios informadores do Direito Penal e do Processo Penal Internacional.....	1677
4.	Inquérito.....	1678
5.	Procedimento criminal.....	1679

5.1. Juízo de Instrução.....	1679
5.2. Juízo de Julgamento.....	1680
5.3. Juízo de Recursos.....	1682
6. Execução da pena	1683
7. Quadro sinótico.....	1684
8. Informativos recentes	1688
8.1. STF	1688
9. Questões de concursos públicos.....	1688
10. Gabarito anotado	1689
11. Questões discursivas com comentários.....	1690
12. Questões para treinar (sem comentários).....	1691
12.1. Gabarito.....	1691

CAPÍTULO XIX EXECUÇÃO PENAL

1. Considerações gerais	1693
1.1. Noção	1693
1.2. Natureza jurídica da execução penal	1694
1.3. Autonomia do processo executivo penal.....	1695
2. Requisitos da execução penal	1696
3. Objetivos da execução penal.....	1696
4. Princípios e garantias da execução penal	1697
4.1. Devido processo legal.....	1697
4.2. Juízo competente	1697
4.3. Individualização da pena	1699
4.4. Personalização da pena.....	1699
4.5. Legalidade e irretroatividade da lei	1700
4.6. Contraditório e ampla defesa.....	1701
4.7. Direito à prova	1702
4.8. Isonomia.....	1702
4.9. Direito a não autoincriminação.....	1702
4.10. Reeducação.....	1703
4.11. Duplo grau de jurisdição.....	1703
4.12. Humanização.....	1704
4.13. Cooperação comunitária.....	1704
4.14. Oficialidade	1704
4.15. Publicidade.....	1705
4.16. Aplicação ao preso provisório.....	1705
4.17. Motivação das decisões.....	1705
4.18. <i>Numerus clausus</i>	1705
5. Órgãos da execução penal.....	1706
6. Estabelecimentos para cumprimento de pena.....	1709
6.1. Definição do estabelecimento.....	1709

6.2.	Penitenciária	1710
6.3.	Colônia agrícola, industrial ou similar	1710
6.4.	Casa do Albergado	1711
6.5.	Centro de Observação	1712
6.6.	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	1712
6.7.	Cadeia pública	1712
6.8.	Critérios para separação de presos provisórios e apenados	1712
7.	Jurisdição e competência da execução penal	1713
8.	Restrição de direitos na execução da pena	1714
8.1.	Deveres	1714
8.2.	Direitos	1714
8.3.	Direitos políticos	1715
8.4.	Visita	1716
8.5.	Comunicação	1716
8.6.	Assistência	1716
8.6.1.	Assistência material	1716
8.6.2.	Assistência à saúde	1716
8.6.3.	Assistência jurídica	1717
8.6.4.	Assistência educacional	1717
8.6.5.	Assistência social	1718
8.6.6.	Assistência religiosa	1718
8.6.7.	Assistência ao egresso	1718
8.7.	Trabalho	1718
8.8.	Faltas disciplinares	1720
8.8.1.	Espécies	1722
8.8.2.	Apuração, defesa técnica e aplicação	1722
8.9.	Regime Disciplinar Diferenciado	1723
8.10.	Sanções	1725
8.11.	Recompensas	1725
9.	Intervenção do Ministério Público na execução penal	1725
10.	Processo de execução penal	1726
10.1.	Penas privativas de liberdade	1726
10.2.	Penas restritivas de direito	1726
10.3.	Pena de multa e a impenhorabilidade do salário mantida pelo Novo Código de Processo Civil	1729
10.4.	Medida de segurança	1732
10.5.	Prisão albergue domiciliar	1734
10.6.	Procedimento da execução penal	1734
10.6.1.	Iniciativa	1734
10.6.2.	Guia de execução penal	1735
10.6.3.	Processamento	1736
10.7.	Execução provisória da pena	1736
10.8.	Regressão de regime	1738

10.8.1. Regressão cautelar.....	1738
10.9. Progressão de regime	1739
10.9.1. Requisitos.....	1739
10.9.2. Progressão por salto.....	1742
10.10. Incidentes e conversões	1742
10.10.1. Doença mental superveniente.....	1743
10.10.2. Desvio e excesso de execução	1744
10.10.3. Anistia e indulto.....	1744
10.11. Remição.....	1746
10.12. Detração penal	1749
10.13. Autorizações de saída	1749
10.14. Livramento condicional.....	1751
10.15. Monitoração eletrônica	1754
10.16. Suspensão condicional da pena	1756
10.17. Meios de impugnação	1758
10.17.1. Recursos.....	1758
10.17.2. Ações autônomas de impugnação.....	1758
10.18. Extinção de punibilidade pelo cumprimento da pena.....	1758
11. Tecnologia aplicada à execução penal – Lei nº 12.714/2012	1759
12. Quadro sinótico.....	1762
13. Súmulas aplicáveis	1774
13.1. STJ.....	1774
13.2. STF	1775
14. Informativos recentes	1776
14.1. STJ.....	1776
14.2. STF	1784
15. Questões de concursos públicos.....	1798
16. Gabarito anotado	1803
17. Questões discursivas com comentários.....	1805
18. Questões para treinar (sem comentários)	1813
18.1. Gabarito.....	1816
BIBLIOGRAFIA	1817